

Valores do(s) Património(s): Vertentes Pedagógica e Turística¹

José Amado Mendes

Introdução

As questões relacionadas com o património estão na ordem do dia, podendo mesmo falar-se de uma certa “patrimonialização” da nossa cultura, no contexto pós-moderno ou pós-industrial em que nos encontramos. Como interpretar esta quase omnipresença do património que, em última análise, tem dado origem ao aparecimento de novas áreas de investigação e ensino, denominadas precisamente *ciências do património*?

Em primeiro lugar, isso deve-se à importância de que aquele se reveste para cada comunidade e, inclusive, individualmente, para cada um de nós. Como recorda Umberto Eco, «é a memória do passado que nos diz porque somos aquilo que somos e nos confere a nossa identidade»².

Embora reportando-se ao património, em geral, e não ao património cultural, em particular, o sociólogo francês Jacques Capdevielle constatou – na sua tese de doutoramento, publicada em 1986 – a estreita ligação que os franceses têm ao património, sublinhando:

«A perspectiva da constituição e transmissão de um património suscita sempre um fascínio tão forte na França de hoje [1986] como na de Balzac, um fascínio quase unânime, a julgar pela ligação dos franceses à herança: 79% de entre eles são, com efeito, favoráveis àquela, enquanto apenas 4% se lhe opõem».

1 O texto que ora se publica, revisto e anotado, serviu de base à comunicação apresentada em Bragança (24.11.2006), ao II Seminário Internacional da Região de Bragança/Zamora, organizado pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE, o qual será também divulgado nas respectivas actas.

2 Francesca Tugores e Rosa Planas, *Introducción al patrimonio cultural*, Gijón (Asturias), Ed. Trea, 2006, p. 17.

Daí a conclusão tirada pelo autor: «a posse de um património constitui um fio unificador da classe média», acrescentando: «nem oficialmente sagrado, nem exclusivamente profano, o fetichismo do património prospera entre os dois»³.

Além do valor intrínseco do património, ele está também associado a outras realidades igualmente significativas, entre as quais se podem referir as seguintes: origens/raízes, história, memória, testemunho e, ainda, como fonte de informação, portador de símbolos, factor de identidade e objecto de recordação. Assim perspectivado, as origens da realidade subjacente ao conceito de património remontam às do próprio homem

Consequentemente, não surpreende que já se tenha sublinhado o poder mágico do património, que transcende as barreiras do tempo e do gosto⁴.

1. Património: dinâmica de um conceito

O conceito de património tem, ele próprio, a sua história. Não sendo possível desenvolver aqui, minuciosamente, a sua evolução, recorro apenas alguns traços mais significativos dessa evolução⁵. Até finais do século XVIII, o património circunscreveu-se ao meio familiar e, bem assim, ao privado.

Tratava-se, tal como no tempo da Roma Antiga, do legado que era transmitido de pais a filhos. Com a Revolução Francesa, o património passou a adquirir, também, um significado colectivo, isto é, o de “testemunho da história da nação”⁶. Foi também pela mesma altura (1790) que surgiu em França, pela primeira vez, a expressão “monumento histórico”⁷. Todavia, a

3 Jacques Capdeville, *O fétichismo do património. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 371.

4 *Idem*, p. 371.

5 Pode obter-se uma perspectiva mais desenvolvida do assunto em Paulo Oliveira Ramos, *A Princesinha branca e esbelta e o Dragão negro e rotundo. Um estudo de História do Património de Lisboa. 1888-Anos 50*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003 (Dis. de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, Ramo História, mimeog.), p. 26-76 (cap.I – “*Praeterita*. Para uma genealogia dos estudos patrimoniais”).

6 Dominique Audrerie, *La notion et la protection du patrimoine*, col. « Que sais-je ? », n.º 3304, Paris, PUF, 1997, p. 15.

7 J.-P. Babelon e A. Chastel, *La notion de patrimoine*, Paris, Ed. Liana Levi, 1994, p. 71.

generalização do seu uso, nos dicionários, só viria a verificar-se já na segunda metade do século XIX⁸.

Esta nova acepção do referido conceito viria a reflectir-se, já na centúria de Oitocentos, na afirmação do Estado-Nação e do nacionalismo, bem como na criação e/ou desenvolvimento de alguns dos grandes museus nacionais, símbolos e instrumentos de afirmação do poder no contexto internacional, destinados exactamente a albergar e a expor o dito património, de índole eminentemente nacional.

Já no século passado, sobretudo a partir da 2.^a Guerra Mundial, passou a generalizar-se o conceito de *património cultural*⁹, o qual praticamente fez esquecer o seu sentido inicial de herança e posse de bens materiais, de tal modo que, mesmo sem se especificar, a maior parte das vezes que se fala em *património* é, de facto, de *património cultural* que se trata.

Essa quase hegemonia do património cultural deveu-se a vários factores, sendo os mais relevantes:

- a) a democratização da sociedade, da cultura e da própria história;
- b) o alargamento do conceito de património cultural (que deixou de contemplar apenas as Belas-Artes, o político, o militar, o religioso e o muito antigo, para se estender ao quotidiano, ao trabalho, aos sem voz, à ciência e à tecnologia); desse alargamento resultou, também, a sua multiplicação, pelo que hoje, em vez de património, será mais correcto falar-se de *patrimónios* (exemplos: património artístico, literário e linguístico; material e imaterial; tecnológico e científico; industrial, agrícola e naval; gastronómico e folclórico);
- c) as rápidas transformações desencadeadas pelas novas tecnologias, no âmbito da chamada 3.^a Revolução Industrial ou 3.^a vaga da industrialização.

Tal como havia sucedido com o dealbar da 1.^a Revolução Industrial, em finais de Setecentos — que provocara «uma ruptura traumática no tempo»¹⁰ —, também na segunda metade do século XX se assistiu a um rápido acelerar da história e à superação da modernidade pela pós-modernidade.

Com o avançar daquilo a que Schumpeter chamou “destruição criadora” e da própria globalização — uma e outra conducentes ao apagar de

8 Françoise Choay, *A alegoria do património* (trad. do francês), Lisboa, Ed. 70, 2000, p. 23.

9 F. Tugores e R. Planas, *op. cit.*, p. 9.

10 F. Choay, *op. cit.*, p. 118.

especificidades, que são também traços indelévels de culturas e civilizações –, movimentos de sinal contrário têm mobilizado energias e recursos, para que se evitem perdas significativas e se dê um futuro condigno ao que resta do passado.

E, se é verdade que já não podemos fazer reviver o “mundo que nós perdemos”, como lhe chamou Peter Laslett¹¹, ao menos que salvaguardemos e usufruamos dos bens culturais que dele nos ficaram.

2. Património e valores: que relação?

A questão dos valores, longe de ser algo do passado, continua a mobilizar atenções em nossos dias e, por certo, acompanhará sempre a evolução da Humanidade. Assim, ao estudar-se e reflectir-se sobre o património, não é possível deixar de lado a problemática dos valores que lhe estão associados.

Consequentemente, além do valor cultural do património – evidente e, durante um longo período, o único a ser enfatizado –, hoje tornou-se comum equacionarem-se diversos tipos de valores, relacionados com o dito património.

Todavia, à medida que tem vindo a reconhecer-se que existem valores patrimoniais, ou seja, que o património contém ou veicula valores, há também quem defenda que os valores, longe de serem inerentes ao património, são projectados pelo homem sobre aquele.

Assim, a exemplo do próprio conceito de património, que passa pela transmissão de mensagens culturais e que é, por isso mesmo, uma *construção cultural*¹², também acerca da problemática dos valores já se afirmou que eles «são sempre atribuídos: o património não os tem, adquiri-os quando os grupos humanos os projectam sobre ele»¹³.

Ultrapassando esse problema sobre a característica dos valores e da sua relação com o património, se lhe são inerentes ou nele projectados pela comunidade — embora se trate de uma questão interessante para debate, do ponto de vista teórico —, o que se pode sublinhar é que há um conjunto de

11 Peter Laslett, *O Mundo que nós perdemos* (trad. do inglês), Lisboa, Ed. Cosmos, 1975.

12 F.Tugores e R. Planas, *op. cit.*, p. 19.

13 Roser Calaf e Olaia Fontal (coords.), *Miradas al património*, Gijón (Astúrias), Ed. Trea, 2006, p. 18-19.

valores que, geralmente, se podem associar ao património. Genericamente, aos tradicionais valores de uso e de troca, deve acrescentar-se o de valores-símbolos, como defendem J.-P. Babelon e A Castel¹⁴.

Porém, de forma mais analítica, outros valores estão ligados ao património, entre os quais se encontram os seguintes:

- artístico;
- estético;
- nacional;
- cognitivo;
- simbólico;
- social;
- económico;
- educativo;
- turístico¹⁵.

Muito haveria que dizer relativamente a cada um dos referidos valores. Não sendo possível, nas presentes circunstâncias, desenvolver o assunto, apenas farei uma breve referência ao antepenúltimo e algumas considerações mais desenvolvidas sobre os dois últimos.

Quanto àquele – valor económico –, são de útil leitura dois trabalhos de Xavier Greffe, intitulados *La valeur économique du patrimoine* e *La gestion du patrimoine culturel*¹⁶. Ao contrário de uma opinião tradicional muito em voga até há pouco e ainda não completamente erradicada – segundo a qual, ao tratar-se do património cultural, devido à sua natureza, não se deverem equacionar questões económicas –, o autor francês, com formação em economia mas também estudioso das chamadas *indústrias da cultura*, salienta os laços que ligam o património à economia.

Ainda que de forma telegráfica, recorda-se que essa ligação se faz por duas vias. Por um lado, a inventariação, o estudo, a salvaguarda, a valorização e a reutilização dos bens culturais implicam a mobilização de recursos, humanos e materiais, que poderão traduzir-se em custo ou em investimento, consoante as estratégias concebidas e postas em prática, a jusante desse processo.

14 *Op. cit.*, p. 106.

15 F. Choay, *op. cit.*, p. 98 ; Xavier Greffe, *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Ed. Anthropos, 1999, p. 51-52.

16 Paris, Ed. Anthropos, publicados em 1990 e 1999, respectivamente.

Por outro lado, um cuidado e bem programado processo de reutilização e valorização desse património é susceptível de se traduzir numa mais-valia, pelo retorno que poderá trazer às entidades promotoras e às próprias comunidades.

Entre muitos outros exemplos que poderiam ser aduzidos, apenas recordo:

- a reabilitação de Bilbao, graças ao Museu Guggenheim e a outras iniciativas ali levadas a cabo, no âmbito do património;
- a dinâmica criada nas chamadas “frentes de água”, por esse mundo fora – Londres, Liverpool, Lisboa ou Buenos Aires, entre outras –, com a reutilização de património industrial até então desactivado e ao abandono;
- a instalação de museus em antigas estruturas industriais, dos transportes ou da produção de gás, de abastecimento de água ou de electricidade, desactivadas, como a Tate Modern, em Londres, o Museu d’Orsay, em Paris ou os Museus da Água e da Electricidade, em Lisboa.

3. O património na educação

Têm sido destacadas, por diversos autores, as potencialidades pedagógicas do património, ainda não suficientemente aproveitadas. Como salientam Francesca Tugores e Rosa Planas, em livro recentemente vindo a lume:

«O valor pedagógico do património materializa-se em experiências passadas e conhecimentos que se adquiriram no passado e que são utilizados no presente. Daí o princípio aceite de que as sociedades que desconhecem o seu passado estão condenadas a repeti-lo. De facto, esta será a intenção de muitas sociedades que se iniciaram no coleccionismo: olhar para o passado com o objectivo de aprender com ele»¹⁷.

A presença do património na educação pode processar-se em diversos contextos: *formal* (escolas dos diversos níveis de ensino), *não formal* (museus,

¹⁷ *Introducción al patrimonio* (citado supra, nota 1), p. 20.

arquivos, bibliotecas e centros culturais) e *informal* (comunicação social, Internet, conversas ocasionais, etc.).

No que concerne à escola, o recurso mais frequente aos bens culturais/património constitui um importante meio de consolidação e concretização no processo ensino- aprendizagem – tornando-o menos livresco e mais vivo –, no que toca a várias disciplinas ou domínios do saber (exemplos: história, história da arte e arqueologia; geografia, etnologia e sociologia; arquitectura e engenharia, disciplinas ministradas em cursos artísticos e técnicos e, obviamente, nas diversas ciências do património).

O próprio novo paradigma sociocultural em emergência é favorável à valorização do património em ambiente escolar. Segundo já foi devidamente salientado, «estamos a passar de uma idade de construção e aquisição para outra de preservação ou de apreciação»¹⁸.

Para além do papel do património na formação do gosto estético e para a obtenção de um melhor conhecimento do evoluir histórico das sociedades, também na formação profissional aquele poderá ocupar um lugar de relevo. A propósito, lembra François Choay, na sua conhecida obra, *A alegoria do património*, especificando aquilo a que chama “propedêutica do património”:

«Não tendo agora por objectivo a conservação de um património que possui, enquanto tal, um interesse apenas relativo e limitado, mas antes *a conservação da nossa capacidade de lhe dar continuação e de o substituir*, essa propedêutica exigiria repensar e restaurar inteiramente a totalidade das nossas práticas actuais do património. Ela ordenaria a partir daí as modalidades da sua visita, o tratamento do seu restauro ou a aproximação da sua reutilização, que procuraria generalizar e de privilegiar em relação à sua musealização. Enfim, essa propedêutica do património encontraria pela primeira vez o seu lugar na escola, reencontraria um lugar, desde há muito perdido, nas escolas profissionais e conduziria à reactualização de actividades artesanais múltiplas»¹⁹.

Para que, na actividade pedagógica, o património, além de objecto de estudo, com a mesma “dignidade” que tantos outros, constitua um recurso didáctico da maior utilidade, é necessário tomar medidas diversas, que passam,

18 J.-P. Babelo e A. Chastel, *op. cit.*, p. 107.

19 F. Choay, *op. cit.*, p. 224-225.

por exemplo, pela formação adequada de docentes, em educação patrimonial, e pela integração do dito património, com o peso que lhe é devido, nos próprios programas das disciplinas.

Estas e outras medidas ultrapassam, regra geral, a capacidade de intervenção dos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino e dos respectivos professores. Todavia, há outras mais simples e de possível execução imediata, desde que haja boa vontade e competências para tal.

Atentemos em dois exemplos:

- a) Nas visitas de estudo, devidamente preparadas, devem contemplar-se vários tipos de património, sensibilizando os alunos para bens culturais de natureza diversa: desde obras de arte, igrejas, castelos medievais e museus, a antigas oficinas ou fábricas, eventualmente já desactivadas a antigos moinhos ou lagares, a estações ferroviárias e a centrais eléctricas, para dar apenas alguns exemplos. Recordo a campanha levada a cabo no Metropolitano de Buenos Aires, ao apresentarem-se imagens do património cultural mais comum – lado a lado com o tradicional –, seguidas da seguinte afirmação: *«Isto também é património!»*. Muitas vezes, a proximidade e acessibilidade de alguns destes bens culturais podem oferecer vantagens acrescidas, para que se promovam as respectivas visitas.
- b) Em estudos/trabalhos a realizar pelos alunos, deverão ser contemplados aqueles e outros tipos de património, sempre que possível relacionados com rubricas ou tópicos dos programas das disciplinas. Além de conhecimentos e competências a adquirir no âmbito da educação patrimonial, torna-se urgente induzir os alunos a interiorizarem duas ideias-chave, ainda não muito divulgadas: a do conceito actual de património, muito mais abrangente que o tradicional; e a da sensibilidade para a identificação, estudo e salvaguarda dos elementos patrimoniais que, independentemente do seu estatuto jurídico, fazem parte do legado colectivo e, portanto, são pertença de todos nós.

Como se deduz do que fica exposto, o património tem um lugar insubstituível na educação. Em obra acabada de publicar em Espanha, pelas edições Trea – *Miradas al patrimonio* –, pode ler-se:

«O património cultural, devidamente comunicado, deverá constituir um elemento-chave para a formação integral da pessoa, para o seu desenvolvimento emocional, e um elemento propiciador da interacção e coesão social»²⁰.

Também não é despicienda uma outra característica de que se reveste o património cultural: a íntima relação que, no seu âmbito, se verifica entre a teoria e a prática²¹.

4. O património: passaporte para o desenvolvimento?

O enunciado desta alínea foi inspirado em título análogo de uma obra de Manuel de Kadt, publicada pela Oxford University Press (1976), *Tourism: Passport to development?*

Os inícios do turismo, como actividade organizada, remontam apenas aos finais do século XIX. Contudo, o seu incremento foi de tal ordem e atingiu uma escala tão elevada que se transformou num dos sectores de maior impacto social e económico do nosso tempo.

Aquele, ao tornar-se um fenómeno de massas, movimenta recursos humanos e económicos consideráveis, mas nem sempre satisfaz aqueles que desejam um turismo mais exigente e enriquecedor, do ponto de vista cultural e humano, geralmente baptizado *turismo cultural*. Este encontra-se vinculado à sociedade do ócio²².

Ora, como é sabido, a marca distintiva deste é, precisamente, a de integrar bens culturais, transformando objectos ou instituições – monumentos, sítios, museus – em *produtos turístico-culturais*. Torna-se necessário, pois, «completar o turismo dominante por um outro modo de turismo, fundado na valorização do património»²³.

20 *Op. cit.*, p. 274.

21 *Idem*, p. 218 e 220.

22 R. Calaf e O. Fontal (coords.), *Miradas al Patrimonio*, p. 206.

23 X. Greffe, *La gestion du patrimoine culturel*, p. 19.

Embora ainda não suficientemente contemplado pelos operadores e responsáveis pelo turismo, o seu desenvolvimento é manifesto e tudo leva a crer que continuará em alta nos próximos tempos. Contribuem para isso:

a) o aumento do nível cultural, da escolaridade e da exigência das populações;

b) o crescimento da longevidade e a melhoria do respectivo nível de vida. Segundo Xavier Greffe, «55% dos turistas [em França] envolvem-se numa ou em várias práticas culturais durante as suas férias, o que traduz uma motivação muito forte»²⁴.

Esta nova realidade exige que se passe a dedicar mais atenção ao fenómeno e que se invista mais substancialmente na formação de agentes qualificados, aos quais deverá ser dada formação mais aprofundada e diversificada, no que concerne às ciências do património.

As rotas e os circuitos turísticos deverão tornar-se mais culturais, integrando maior número de elementos culturais e naturais, para dar resposta adequada às exigências de novos públicos que já não se contentam com o chamado “turismo de sol e praia” ou com as visitas às catedrais de consumo/centros comerciais.

Na obra já citada, *Miradas al património*, sublinha-se o seguinte:

«A crescente importância que está a adquirir o chamado turismo cultural e a mobilidade da população, em aumento contínuo, impõe que os guias turísticos estejam cada vez mais preparados, pois a formação que muita gente leva dos lugares visitados depende da visão que os guias lhes hajam proporcionado»²⁵.

Ente os factores a ter em conta estão os da multiplicidade e diversidade do património, por um lado, e as múltiplas interpretações de que o património é susceptível, por outro. A esse propósito, acrescenta-se na obra citada:

«Em primeiro lugar deve ter-se em conta que não existe um ponto de vista único, mas que a realidade tem muitas leituras»²⁶.

O desenvolvimento do turismo cultural, além das vantagens que traz a quem o pratica – visto proporcionar novas vivências e contactos e diferentes situações de aprendizagem/formação –, constitui igualmente um

24 *Idem*, p. 15.

25 R. Calaf e O. Fontal (coords.), *op. cit.*, p 311.

26 *Ibidem*.

bom contributo para o desenvolvimento dos países, das regiões e localidades. Permite criar postos de trabalho e dinamizar sectores como, por exemplo, o dos transportes, da hotelaria e da restauração ou mesmo a comercialização dos respectivos produtos típicos.

Relativamente ao património, a sua utilização turística, em princípio, permitirá a sua melhor preservação, já que o seu pior inimigo é o abandono²⁷. A propósito, recorda Gabriel Alomar Esteve: «O pior inimigo, o inimigo fundamental e origem dos restantes, é o abandono. Quando um monumento fica abandonado, pode considera-se como perdido»²⁸.

Aquela utilização possibilitará, igualmente, efectuar obras de conservação e restauro, com o resultado da cobrança de ingressos, da venda de produtos ou do fornecimento de serviços pagos. Em certos casos, sobretudo quando se tratar de número excessivo de visitas, poderá também verificar-se alguma degradação do património, competindo aos seus gestores/responsáveis estar atentos e tomar as medidas julgadas mais adequadas para evitar ou minorar os danos.

Conclusão

O património, não obstante as suas raízes longínquas, continua a interessar as pessoas, em nossos dias. Mais recente, a noção de *património cultural*, com pouco mais de meio século, sobrepôs-se ao conceito tradicional, por se ter vulgarizado de forma muito significativa.

A multiplicidade de valores inerentes ao património ou sobre ele projectados faz com que aquele esteja associado a muitas problemáticas, iniciativas e instituições. Assim, o património está presente quando falamos, por exemplo, de: requalificação urbana, restauro e conservação de monumentos; reutilização de antigas estruturas, museologia e respectivo acervo; ensino-aprendizagem e formação; investigação histórica, turismo cultural, desenvolvimento (a nível nacional, regional e local), etc.

De acordo com o tema em epígrafe, foram sublinhadas as potencialidades pedagógicas e turísticas do património. Assim, defendeu-se que nas actividades

²⁷ Apud F. Tugores e R. Planas, *Introducción al patrimonio cultural*, p. 83.

²⁸ F. Tugores e R. Planas, *op. cit.*, p. 311.

pedagógicas desenvolvidas nas escolas, como na oferta turística, se conceda um lugar de maior destaque ao **património cultural**, com evidentes vantagens educativas, culturais, sociais e económicas.

Bibliografia

- AUDRERIE, Dominique, *La notion et la protection du patrimoine*, col. «Que sais-je ?», n.º 3304, Paris, PUF, 1997.
- BABELON, J.-P. e CHASTEL, A., *La notion de patrimoine*, Paris, Ed. Liana Levi, 1994.
- CALAF, Roser e FONTAL, Olaia (coords.), *Miradas al patrimonio*, Guijón (Astúrias), Ed. Trea, 2006.
- CAPDEVILLE, Jacques, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1986.
- CHOAY, Françoise, *A alegoria do património* (trad. do francês), Lisboa, Ed. 70, 2000.
- GREFFE, Xavier, *La valeur économique du patrimoine*, Paris, Ed. Anthropos, 1990.
- GREFFE, Xavier, *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Ed. Anthropos, 1999.
- LASLETT, Peter, *O Mundo que nós perdemos* (trad. do inglês), Lisboa, Ed. Cosmos, 1975.
- RAMOS, Paulo Oliveira, *A Princesinha branca e esbelta e o Dragão negro e rotundo. Um estudo de História do Património de Lisboa. 1888-Anos 50*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003 (Dis. de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, Ramo História, mimeog.).
- TUGORES, Francesca e PLANAS, Rosa, *Introducción al patrimonio cultural*, Gijón (Astúrias), Ed. Trea, 2006.